

País oferece *cardápio*

nia

Quarta-feira, 21/8/91

de opções a credor

Helival Rios

A missão brasileira encarregada de negociar a dívida externa vai propor hoje aos bancos privados credores do Brasil uma nova e atraente alternativa de acordo: um cardápio de opções, em vez de uma única proposta. Cada credor vai ter a liberdade de escolher o "prato" que mais lhe agrada e que mais se coadune com a legislação específica do seu país. Com essa importante mudança na forma de negociar, o ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, espera imprimir mais rapidez nas negociações da dívida externa brasileira.

Assessores do ministro Marcílio disseram ontem ao *Jornal de Brasília* que o "cardápio" de opções que começará a ser apresentado a partir de hoje em Nova Iorque pela missão brasileira chefiada pelo economista Pedro Mallan contém uma síntese de todas as idéias expressivas discutidas no Brasil

nos últimos anos, destacando-se, aí, a troca de dívida por bônus do Tesouro brasileiro de longo prazo, a apropriação de deságios existentes nas transferências de créditos brasileiros no mercado interbancário; imposição de limites compatíveis com a capacidade do país para o pagamento de juros e amplos cronogramas para a amortização do principal.

O ministro Marcílio quer que as negociações da dívida externa brasileira sejam feitas em duas etapas: a primeira, envolvendo os bancos privados e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a segunda, com o Clube de Paris.

A dívida externa brasileira com os bancos privados estrangeiros é de US\$ 53 bilhões aproximadamente. A negociação com esses bancos deve caminhar paralelamente à negociação com o FMI, de modo a que se chegue a acordos si-

multâneos, praticamente ao mesmo tempo. Esse acordo será importante para facilitar a realização de um acordo junto ao Clube de Paris (que reúne os governos dos países ricos), credenciando, ainda, o Brasil, a solicitar novos fluxos de recursos ou **dinheiro novo** junto a organismos e programas oficiais, como o fundo Nakasone, do Japão.

Há, segundo se dizia ontem no Ministério da Economia, um sentido de urgência na condução das negociações da dívida externa brasileira, cujo desfecho é de grande importância para que o País volte a ser uma boa opção de investimentos no mercado internacional.

Sem esses novos investimentos que poderiam chegar ao Brasil a partir de 1992, o País não tem como retomar o crescimento econômico, de modo a garantir a formação de 1,7 milhão de novos empregos por ano.